

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E OS SABERES – PROPOSTAS DE ARTICULAÇÃO A PARTIR DA PEDAGOGIA SOCIAL

Suzete Terezinha Orzechowski¹
Letícia Laleska Gabriel²
Kauana de Fatima Zbuinovicz³



RESUMEN

Dos aspectos están articulados en el desarrollo de este artículo con el objetivo de evidenciar la posibilidad de mantener la identidad entre los sujetos históricos sin abandono al proceso de evolución fundamentando en la sustentabilidad cultural. Para ello encuentra en la concepción de la Pedagogía Social el camino que articula cultura y colectivo comunitario en la promoción sociocultural y socioeducativa de los sujetos involucrados en el proceso de transformación social. En este artículo el eje que se pretende articulado está fundamentado en la cultura indígena, el cual por medio de los saberes promovidos entre las prácticas pedagógicas escolares fortalecen la construcción y elaboración del conocimiento científico. El texto que sigue tiene la intención de contribuir a la elaboración del conocimiento sobre la educación escolar indígena y la educación

1 Professora Dra. do curso de Pedagogia da Unicentro- Campus Sta. Cruz. Líder do grupo de pesquisa GETFOP- Educação, Trabalho e Formação de Professores.

2 Acadêmica indígena do curso de Pedagogia no Campus Avançado de Chopinzinho com mobilidade estudantil na Universidade Veracruzana-México. Membro do GETFOP - Educação, Trabalho e Formação de Professores.

3 Acadêmica do curso de Pedagogia no Campus Sta. Cruz e orientada no programa PIBIS-UNICENTRO/2017-18. Membro do GETFOP - Educação, Trabalho e Formação de Professores.

indígena, sus posibilidades de articulación y las necesidades de enfrentamientos que generen un consenso en las luchas por la preservación de la identidad cultural dentro de un contexto multicultural . La investigación es básicamente bibliográfica remitiéndose a autores que dinamizan la elaboración y articulación de las ideas.

PALABRAS CLAVE:

saberes indígenas; educación escolar; pedagogía social;

RESUMO

Dois aspectos estão articulados no desenvolvimento deste artigo com o objetivo de evidenciar a possibilidade de manter a identidade entre os sujeitos históricos sem abandono ao processo de evolução fundamentando na sustentabilidade cultural. Para tanto encontra na concepção da Pedagogia Social o caminho que articula cultura e coletivo comunitário na promoção sociocultural e socioeducativa dos sujeitos envolvidos no processo de transformação social. Neste artigo o eixo que se pretende articulado está fundamentado na cultura indígena, o qual por meio dos saberes promovidos entre as práticas pedagógicas escolares fortalecem a construção e elaboração do conhecimento científico. O texto que se segue tem a intenção de contribuir para a elaboração do conhecimento sobre a educação escolar indígena e a educação indígena, suas possibilidades de articulação e as necessidades de enfrentamentos que gerem um consenso nas lutas pela preservação de identidade cultural dentro de um contexto multicultural. A pesquisa é basicamente bibliográfica remetendo-se a autores que dinamizam a elaboração e articulação das ideias.

PALAVRAS CHAVE:

saberes indígenas; educação escolar; pedagogia social;

1. INTRODUÇÃO

A Pedagogia Social é uma concepção que atende a ideado processo da educação como objeto multifacetado e especificamente de conteúdo e contexto sócio-histórico. Por entender o homem como um ser social e historicamente contruídos em seus movimentos socioculturais e socioeducativos a pedagogia social é uma concepção teórico-metodológica que responde as

necessidades e demandas advindas do contexto social onde os homens se inserem. Tal concepção encontra seus fundamentos em toda a Europa bem como em autores norte americanos e, no Brasil, tem em Paulo Freire (1921-1997) o seu embasamento de análise crítica e educação libertadora, na qual se alicerçam os processos de conscientização, autonomia, transformação e emancipação humana.

É na ideia de que a Pedagogia é a ciência da educação que a pedagogia que é social está engajada em análises sobre os processos socioeducativos e socioculturais em contextos escolares e não escolares. Daí se depreende também uma *práxis* de educação social que perpassa e articula-se à cultura e a identidade dos sujeitos em seus movimentos históricos, como a dos povos indígenas.

Neste texto contempla-se a cultura indígena dentro dos saberes e a identidade a ser sustentada no trabalho pedagógico escolar. O objetivo é organizar-se teoricamente para contribuir com a fundamentação que pode alicerçar as práticas escolares a partir dos saberes, construídos em espaços não escolares por meio da tradição e da cultura dos povos indígenas.

2. A PEDAGOGIA SOCIAL E SUA ARTICULAÇÃO FUNDAMENTADA NA PRAXIS SOCIOCULTURAL E SOCIOEDUCATIVA

O campo do conhecimento denominado Pedagogia, tem como objetivos principais as análises sobre os processos de aprendizagem dos indivíduos a partir de reflexões, sistematizações, organizações, metodologias para o ensino, gestão de processos educativos, mediação entre teoria e prática (práxis educativa), entre tantas outras funções que tal campo propicia. Para autores como Libâneo (1999, 2001), Pimenta (1999), Franco (2008), Severo (2015), Orzechowski (2016), a pedagogia é um campo científico que tem por objeto a educação em contextos escolares e não escolares. Portanto, a pedagogia é uma área de excelência e *expertises* que promove estudos sobre a educação. Se não a única área que contempla tais conhecimentos, Franco ao considerar a educação que será o objeto da pedagogia como ciência terá na práxis educativa, sua implementação. A práxis da educação será assim apreendida como realidade pedagógica. (FRANCO, 2008, p. 80).

Porém, a pedagogia culturalmente vem sendo pensada no enfoque escolar, deixando de lado abordagens mais amplas de imersão na prática social. Entretanto a educação é uma área que vai além da escola, o processo educativo está à mercê de diversas demandas sociais, nas quais vários profissionais estão inseridos buscando respostas para tantos dilemas com os quais o processo

educativo se depara. Tais demandas ficam à margem do processo escolar, mas, interferem no rendimento e no convívio dos sujeitos dentro da escola. Então a educação é escolar e não escolar, segundo Severo:

Educação não escolar (ENE) consiste em um termo cuja conceituação resulta de uma necessidade histórica emergente, dado ao atual contexto de fortalecimento do caráter de práticas educativas para além do contexto da escola. Se, na maior parte do tempo, a Pedagogia, e a sociedade, em geral, deixaram de focalizar a ENE como problema pedagógico, a atualidade tem sido cenário de proliferação de iniciativas cada vez mais visíveis de desenvolvimento de processos formativos em espaços não convencionais de ensino e de aprendizagem. (SEVERO, 2015, p. 83).

O mesmo autor em outro texto escreve que mais do que empreender mecanismos educativos que conformem os sujeitos a aceitarem a realidade como produto naturalmente dado e construído pela ação exclusivamente de outros externos, é necessário desencadear, nos diversos espaços educativos, reflexões críticas acerca da participação que o sujeito e seu coletivo têm na construção de processos humanizatórios comprometidos com a transformação social, com o bem-estar comum, com a ampliação das oportunidades e compartilhamento de benefícios à qualidade de vida das pessoas.

Assim a educação vai muito além do que a apresentação da realidade, o grande desafio está em fazer os processos educativos transformadores da realidade social. Neste contexto, atualmente, existem novos espaços que merecem ser “pedagogizados”, como escreveu Franco (2008). Diante disso, a escola é mais um espaço de educação, mas não é único. Além disso o convívio do aluno fora das instalações escolares está impregnando a escola da busca por elaborar ações que envolvam um trabalho coletivo entre espaços e atores imbuídos de educar, de ensinar e de promover a aprendizagem integral nos sujeitos.

A partir dessas reflexões é possível destacar que a pedagogia escolar tem um papel significativo na elaboração de processos de ensino e aprofundamentos nas concepções de aprendizagem. Mas, importa salientar que as práticas pedagógicas extrapolam, hodiernamente o contexto escolar. Assim destaca-se a concepção da Pedagogia Social, essa é uma Pedagogia que tem por objeto a educação sem restrições ao contexto, mas perpassa as possibilidades de atuação em contextos “socioeducativos e socioculturais”, sem abandono ao contexto escolar, Orzechowski (2016).

Tal concepção a da Pedagogia Social não traz uma “nova” Pedagogia, mas se revela uma concepção, uma forma de conceber a Pedagogia não mais restrita ao contexto escolar, mas agora

ampliada para pensar os processos da educação, os quais ocorrem na escola e fora dela. E, como salientou Ribas Machado (2017) na sua fala por ocasião da palestra na Semana de Pedagogia da Unicentro⁴: “identificamos como Pedagogia Social para contemplar o entendimento de que a Pedagogia estuda a educação, seu objeto, o qual não está restrito, mas, pertence aos processos sociais nos quais os homens se inserem”. Essa forma de enfoque no campo da pedagogia revela como a educação vai sendo tratada em todas as suas manifestações e contextos.

Em torno dessa práxis socioeducativa e sociocultural, são realizados vários estudos, os quais vão fortalecendo as práticas dos Educadores Sociais, profissionais que emergem por conta das inúmeras experiências, saberes, metodologias, em torno de instituições socioeducativas e socioculturais. Tais experiências tendem a ser pesquisadas e sistematizadas a partir de práticas e constituem em um amplo laboratório de aprofundamento da Pedagogia Social. É a concepção da Pedagogia Social o fundamento teórico científico para sustentar tais práticas entre os educadores sociais. Neste movimento de ir e vir se fortalece a *práxis*. Entre a teoria que ilumina a prática e as práticas que provocam aprofundamentos teóricos, faz-se a dinâmica que se constrói como *práxis*. A pedagogia social se insere na prática dos educadores e vice-versa, a prática dos educadores sociais promovem a Pedagogia como ciência da educação em contextos escolares e não escolares.

Caliman (2011) conceitua a Pedagogia Social como uma ciência prática, social e educativa, não-formal, que justifica e compreende em termos mais amplos a tarefa da socialização e, em modo particular, a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades humanas fundamentais.

Em Machado (2009) afirma-se que há dois objetos da Pedagogia Social, sendo o primeiro a socialização do sujeito (desenvolvida pela família, escola, agências não-escolares etc.) caracterizando-a como uma ciência pedagógica da educação; e o segundo remetido ao trabalho social com enfoque pedagógico que é planejado, executado e avaliado por uma equipe multidisciplinar (da qual também faz parte o educador social, além do pedagogo escolar, como profissional da pedagogia social), objetivando atender às necessidades sociais do ser humano.

A área da Pedagogia Social estrutura-se em cada realidade a partir de suas necessidades e peculiaridades. Assim, a Pedagogia Social não é a mesma em todos os lugares. Os desafios didáticos desta ciência estariam de acordo com a realidade que vai ser estudada e transformada.

4 XXV- SEMANA DE PEDAGOGIA, Unicentro/Paraná. 2017.

Portanto é dentro desta concepção de uma Pedagogia que é social porque o homem é social, como se refere, Orzechowski(2016) que a Pedagogia inclina-se a atender outros contextos socioeducativos e socioculturais. Essa forma de conceber a Pedagogia também vem ao encontro das DCNs de 2005- para o curso de Pedagogia e, mais recentemente a Resolução de julho de 2015 para a formação de professores nas licenciaturas e a formação em Pedagogia, onde aparece com veemência a necessidade de atendimento as demandas socioeducativas e os desafios educacionais referentes as relações étnico raciais, diversidade e multiculturalismo, dentro do processo de Gestão e das práticas na Docência. É neste contexto que a Pedagogia prescinde de discussões mais amplas e para além do contexto escolar aprofundando-se na concepção da pedagogia social. É a Pedagogia Social que parte do enfoque cognitivo ampliando suas elucubrações para processos: sociocultural e socioeducativo. Imprescindível é entender que o cognitivo, o cultural e o social são construídos no mesmo homem sócio histórico.

É a Pedagogia Social e sua *práxis* entre pedagogos e educadores escolares ou não escolares que promovem a crítica, intensificam as análises e imprimem entre os sujeitos a mobilização dinâmica e processual na tomada de consciência de sua humanidade e, portanto de sua identidade sociocultural. Por meio do processo socioeducativo o sujeito vai se construindo e se reconhecendo entre seus pares e por isso, a cultura produzida coletivamente é fundamental para sua identidade dentro do grupo. Entretanto, à pedagogia social cabe a atenção para que não se recaiam em processos de massificação cultural como já analisou Bourdieu (2001).

Se não, vejamos, a partir do conceito de “capital cultural” trabalhado por Pierre Bourdieu, o qual chama a atenção sobre a lógica comercial que o homogeneiza, destruindo também a criatividade. O autor assim se refere, propondo uma negação à ação mercadológica da cultura:

O que está em jogo é a perpetuação de uma produção cultural que não seja orientada para fins exclusivamente comerciais e que não se submeta aos veredictos daqueles que dominam a produção midiática de massa, sobretudo através do poder que detêm sobre os grandes meios de difusão (BOURDIEU, 2001, p. 85).

Segue o autor citando exemplos, nos quais toda a comunidade acaba se tornando uma contribuinte para que o senso crítico se faça adormecido:

(...) os adolescentes de todos os países que vestem baggy pants, calças cujo fundilho bate no meio das pernas, provavelmente desconhecem que a moda que julgam ultra chique e ultramoderna nasceu

nas prisões dos Estados Unidos, assim como certo gosto por tatuagens! Ou seja, a civilização do jeans, da coca-cola e do MacDonald's está submetida não apenas ao poder econômico, mas também ao poder simbólico exercido por intermédio de uma sedução para a qual as próprias vítimas contribuem. Ao fazer das crianças e dos adolescentes, sobretudo os mais desprovidos de defesa imunológicos específicos, os alvos privilegiados de sua política comercial, (...) (BOURDIEU, 2001, p. 86).

É nesse contexto que o processo educativo aparece intencional, identificando a sua relevância na produção de cultura e sua promoção social, ou, em outra ótica, com relevância na promoção comercial. Em uma educação problematizadora, os “círculos de cultura” fundamentam uma metodologia na prática da pedagogia social que “re-vive a vida em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano.” (FREIRE, 1982, p. 11). É urgente retomar a produção cultural de cada pessoa, de cada comunidade, de cada contexto, se não, continua a “invasão cultural, que tem uma dupla face. De um lado, é já a dominação; de outro é tática de dominação.” (FREIRE, 1982, p. 178). Esses são os pressupostos para delinear o marco teórico do que se entende neste livro, sobre o social, o educativo e o cultural.

Dessa análise é possível estabelecer e compreender a Pedagogia Social como uma concepção ancorada nos processos socioeducativo e sociocultural. Nesse contexto nos utilizamos ainda da metáfora do rio, justificando o movimento dialético de construção do conhecimento aqui empreendido. É no rio, conforme Heráclito, que não se banha duas vezes na mesma água. Assim é o movimento dinâmico e perene da Pedagogia Social, que contempla, como o rio em seu leito, uma corrente ampla de práticas, na quais um todo vai se delineando conforme as potencialidades daquele que promove a intervenção sociocultural e/ou socioeducativa. Como já se identificou anteriormente, nos contextos de atuação, a dedicação é intencionalmente determinada pelo marco teórico no qual cada educador esteja inserido. E as mudanças são constantes, porque constante é a mudança nas pessoas e no mundo social, de acordo com Freire:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se das falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 1982, p. 92).

Daí a relevância sobre a cultura e a construção de identidade cultural entre os homens. Neste texto o enfoque está na comunidade indígena e o objetivo é entender teoricamente como vai se delineando a identidade entre os saberes indígenas e os conhecimentos construídos e trabalhados escolarmente.

3. SABERES INDÍGENAS, ESCOLARIZAÇÃO E A PRAXIS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO SOCIOCULTURAL

O ponto de partida é o que se indica nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, na qual importa analisar a ideia sobre o direito a educação em comunidades indígenas.

Art. 1º determina que a Educação Escolar Indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades.(DCN 2013, p.359)

O direito a educação escolar voltada aos interesses e necessidades das comunidades indígenas já estava assegurado pelo Decreto nº 8861/2009. Para tal oferta o modelo de gestão é de parceria pois, se refere ao processo de gestão administrativa, financeira e estrutural em colaboração entre estado e município. E a lei 11.645 de 10 de março de 2008, art. 26 obriga aos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira.

É interessante observar que a legislação parece aos sujeitos envolvidos como uma proposta que está por vir dentro de cada escola, uma cultura dos povos indígenas a ser inserida no currículo. Aparece como uma prática pedagógica a ser implementada como um gesto benevolente. A história esqueceu de apontar a cultura indígena e quilombola como base identitária, na qual se imprimiu a luta por sua submissão a cultura dos homens colonizadores, não índios. Por isso é fundamental promover a prática pedagógica escolar para o povo indígena de forma articulada aos saberes que fortalecem a tradição e a identidade cultural de cada povo.

A prática pedagógica e o processo de articulação entre os saberes indígenas e a educação escolar indígena

Os professores indígenas há muito tempo vem lutando para manter a cultura indígena entre as crianças que vão sendo educadas em contato com os não índios. Professores indígenas concebem a educação não como oportunidade para dominação e conquista, e sim para a transformação dos

conquistados em conquistadores sujeitos políticos, usuários ativos que buscam o controle do meio e da mensagem. (MONTE, 2000).

Para que a educação aconteça é importante investir na formação dos profissionais que estão diretamente ligados as comunidades indígenas. Além de investimento econômico importa o investimento pessoal de cada sujeito em querer preservar suas tradições e seus costumes, como um legado para as futuras gerações sem desmerecimento ao contexto social globalizado no qual se inserem todos os cidadãos.

Enfim, é urgente promover estudos sobre como trabalhar a multiculturalidade, um exemplo dessa dificuldade é o trabalho com alunos bilíngues. Este é um dos aspectos que vão se fazendo impregnados de questionamentos para os professores índios e não índios. O debate é realizado com certa precariedade de informações, essa é a realidade das escolas indígenas. Em muitas situações cabe, ao professor indígena atuar como mediador e interlocutor de sua comunidade com os representantes do mundo de fora da aldeia e com a sistematização de novos saberes e práticas. Grupioni (2003).

Outro exemplo é a dificuldade em representar sua aldeia nas discussões que levem a voz do seu povo, junto as secretarias de educação. Isso porque pouco se faz em termos de gestão participativa e democrática, na qual, se oportunizaria uma participação mais efetiva da comunidade escolar junto aos processos de organização dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas indígenas.

Tais considerações, acima apresentadas, estão contextualizadas em aldeias do Centro-Oeste do Paraná, as quais possuem escolas indígenas mantidas pelo estado em parceria com o município. Nestas escolas são atendidos alunos de duas etnias: Guarani e Kaingang. Os professores são, na maioria, professores índios para as séries iniciais do ensino fundamental, por conta da língua. Os professores não índios trabalham nas séries subsequentes, quando os alunos índios já foram alfabetizados na língua portuguesa. Neste contexto os saberes indígenas vão se articulando aos conteúdos escolares. Com atenção e cuidado se priorizam algumas tradições, mas, o processo é impregnado de dilemas éticos e estéticos por conta da insegurança na formação para o fortalecimento dessa importante articulação, a qual requer um conhecimento antropológico.

De acordo com Freire (1987) o opressor somente terá voz se o oprimido o permitir, é neste caminho que a educação indígena vai se subsumindo. Descaracterizar a população indígena de “oprimido” a povos com uma cultura que encanta e que nos traz novas aprendizagens é uma reflexão que conduz

um modo de ver o mundo. Não utilizar-se de arco e flecha para lutar pelos seus direitos, mas respeitar a cultura que identifica o índio em sua condição de sabedor, apreendida durante o tempo de existência, e do diálogo com os pajés e caciques de cada aldeia. Seria ignorância dizer que a educação indígena não é o ponto de partida para a luta em prol de uma educação de direito ao exercício de convivência multicultural.

Os saberes indígenas

Notadamente existe uma distinção cultural entre o índio e o não índio. Assim como existem as diferenças culturais entre os imigrantes. É natural que tenha toda raça humana suas idiosincrasias, as quais identificam cada povo ou cada pessoa. Assim os saberes humanos vão sendo construídos para identificar cada cultura.

[...] o saber é uma relação, um produto e um resultado: a relação do sujeito que conhece com seu mundo, o que é produzido pela interação entre o sujeito e seu mundo e o resultado dessa interação. O saber existe somente referido à situação cognitiva. Não pode existir nenhum saber em si. Daí podemos considerar que todo saber é uma relação. (SCHLANGER, 1978 apud GAUTHIER, 1998, p. 182).

O que escreve Schlanger (1978) esclarece como são as estruturas do conhecimento e a relação existente nele. É importante apontar como compreendemos o saber tradicional indígena, ou seja, ao identificar o saber tradicional está se priorizando os conhecimentos locais de cada comunidade. Tais conhecimentos estão estreitamente ligados à construção de uma cultura e suas práticas sociais, as quais se desenvolvem sem que para isso tenha havido um esforço ou uma escolarização na elaboração desses saberes. Portanto, os saberes tradicionais são aqueles produzidos pelas comunidades indígenas, transmitidos de geração em geração por meio da experiência diária em comunidade.

Pensando na articulação entre os conteúdos escolares e saberes tradicionais, em relação às escolas indígenas é possível afirmar que, existem espaços distintos para o conteúdo e para o saber, mas, articulam-se na própria existência do sujeito e prescindem de um processo pedagógico diferenciado, pautado no aprendizado das crianças e na conquista da sua autonomia cultural.

Para se trabalhar pedagogicamente os conhecimentos universais articulados aos saberes culturais é

imprescindível a interação da equipe de professores índios e não índios. Neste contexto além de uma articulação é imprescindível uma metodologia que embase tais práticas. O processo interdisciplinar fundamentará uma articulação conhecimento-saberes. Sobre isso Nascimento; Aguilera Urquiza, escrevem que:

[...] ao conquistarem o direito a uma escola específica e diferenciada, multicultural e comunitária os povos indígenas abrem um campo de estudos no qual movimentam-se como protagonistas, no sentido de pensar o currículo a partir de uma outra lógica: a lógica do diálogo entre os seus saberes e os saberes legitimados historicamente pela cultura escolar. (NASCIMENTO; AGUILERA URQUIZA, 2010, p. 114).

Embora ainda existam muitos desafios os avanços no campo da educação escolar indígena já se faz bem presente, não como as comunidades indígenas esperavam, mas devagar em passos lentos, com isso essas populações vão realmente disfrutando do direito de uma escola indígena e diferenciada, como garante a lei. Professores e gestores indígenas vão assumindo as escolas, e fazendo crescer o protagonismo indígena. Nas escolas, aqui observadas, os professores índios estão presentes e a formação no ensino superior já passa a ser uma conquista importante.

Nas escolas indígenas os saberes estão sendo revisitados, principalmente pelos professores índios. São os professores indígenas que preservam e promovem o processo de interação conhecimento-saberes. Os professores não índios são mais observadores do processo, entretanto, aos poucos envolvem-se em exposições e feiras de artesanato, por exemplo. Ainda importa atuar de forma mais objetiva e pontual, porém esse é um processo que como salienta Freire (1983) é preciso paciência pedagógica.

A educação escolar indígena é o modelo de educação escolar que os próprios indígenas assumiram para as suas aldeias, com espaços apropriados, e professores que são conhecedores de sua cultura, que são falantes da língua para melhor transmitir aos alunos indígenas os conhecimentos tradicionais da sua cultura. A escola também é o lugar onde buscam formular uma nova maneira de pensar as políticas educacionais para a educação indígena. Destas políticas, além dos Parâmetros Curriculares para a Educação Indígena, uma importante conquista datada do ano de 2013, trabalha uma ação sobre os Saberes Indígenas na Escola. Um projeto do MEC que visa oferecer aos professores índios e não índios formação bilíngue em letramento e numeramento nas línguas

indígena e português. O curso ocorre de forma presencial, com apoio das instituições públicas de ensino superior tendo como ministrantes os próprios professores indígenas, pois ninguém melhor do que eles para relatar as dificuldades e procurar a melhoria para as suas aldeias. Também conta com parceria dos estados e municípios. De acordo com portal do Ministério da Educação.

A ação Saberes Indígenas na Escola foi instituída em 30 de outubro de 2013 pela Portaria do MEC nº 1.061. Em 6 de dezembro do mesmo ano, a Portaria nº 98, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, regulamentou a ação e definiu diretrizes complementares.[...] (MEC, consulta em 26/03/2018).

Essas diretrizes visam promover a formação continuada de professores que atuam na educação escolar indígena e na educação básica, para melhor oferecer materiais didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades de cada etnia. Partindo do multilinguismo até a interculturalidade que dá suporte para os projetos educacionais nas comunidades indígenas, chegando a identificar as melhores condições na construção de um currículo que promova a interação cultural, definição das metodologias e dos processos avaliativos que valorizem às especificidades dos processos de letramento e os saberes dos povos indígenas. Também é objetivo do programa incentivar pesquisas que culminem na elaboração de materiais didáticos.

A ação está diretamente ligada com o Eixo Pedagogias Diferenciadas e Uso das Línguas Indígenas do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais Indígenas, instituído pela Portaria MEC nº 1.062, de 30 de outubro de 2013. Conforme o Art. 2º, da Port. 98, os objetivos da Ação Saberes Indígenas na Escola são:

I - promover a formação continuada de professores que atuam na educação escolar indígena na educação básica; II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas; III - oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas; IV - fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena. (BRASIL, 2013.)

Porque os povos indígenas sempre foram os sujeitos de sua própria educação, esse programa veio a fortalecer o que os professores indígenas já faziam nas escolas da aldeia dando um suporte teórico para as práticas no dia a dia escolar. Também se observa que oportunizou aos professores não índios que trabalham nas escolas das comunidades indígenas o acesso aos materiais didáticos produzidos pelos professores indígenas.

Diante dessa configuração da realidade da educação escolar indígena tem a Pedagogia Social uma função específica na promoção da *práxis*, na qual se insere os conteúdos escolares articulados e integrados aos saberes indígenas protegendo a tradição cultural do povos indígenas.

Tomados sob essa perspectiva o trabalho docente e a docência implicam uma articulação com o contexto mais amplo, com os processos pedagógicos e os espaços educativos em que se desenvolvem, assim como demandam a capacidade de reflexão crítica da realidade em que se situam. Com efeito, as práticas educativas definem-se e realizam-se mediadas pelas relações **socioculturais**, políticas e econômicas do contexto em que se constroem e reconstroem. (AGUIAR et.al. 2006, p.830. grifo nosso).

A pedagogia entendida como a ciência da educação analisa os novos processos e práticas que surgem a partir das demandas socioeducativas e socioculturais. Assim se faz a Pedagogia Social porque a escola é social. No caso específico da educação escolar indígena a *práxis* que articula cultura/saberes/conteúdos escolares reflete a totalidade articuladora das contradições que enfrentam os professores e educadores promotores da formação da cidadania sem perder sua identidade cultural. São os pedagogos da cultura, como denomina Viché González (2006).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contextos, os quais foram objeto dessa investigação vem sendo espaço de mudança e transformação, para os professores índios e para os professores não índios. Em cada grupo se promove de forma diferente um processo de entrega ao reconhecimento da necessidade da interação entre os saberes indígenas e os conhecimentos escolares. Desde que as escolas foram instaladas dentro das comunidades indígenas, pouco se pensava em como essa escola iria formar os alunos. A educação indígena passou por vários processos de adaptação e transformação tanto dos alunos como dos professores. Porém a algum tempo a educação vem sendo pensada também pelos povos

indígenas e passa a ser respeitada a cultura e costumes de cada comunidade indígena. Como resposta a essas varias adaptações e buscando a interação dos saberes indígenas com os conhecimentos escolares a escolarização indígena promove os saberes culturais de um povo que merece ter sua dignidade alicerçada em sua identidade kaingang e/ou Guarani. As escolas passam pelo processo, o caminho é amplo e promove novas interpretações, por isso é importante fortalecer os processos científicos, os quais alicerçam as discussões de forma crítica e autônoma.

A concepção da Pedagogia Social vem ao encontro destas demandas socioeducativas e socioculturais. Um dos aspectos que atendem a essa demanda cultural indígena para a articulação entre saberes e conteúdos escolares é a animação sociocultural. É a animação sociocultural um ramo da pedagogia social que tem por orientação a intervenção partindo das concepções educativas formais que tratam da educação integral dos sujeitos chegando as concepções da sociologia sobre o desenvolvimento comunitário até a promoção e desenvolvimento cultural entre os cidadãos. Para Viché Gonzalez (2008), A animação sociocultural possui um conceito sinérgico o qual agrega três processos básicos, a saber: A educação integral, a participação social e cidadã e, a apropriação e criação cultural. A criação e apropriação cultural entendida como expressão coletiva que respondem estética e emocionalmente as relações da vida construída coletivamente. É um processo de criação e recriação de processos e valores, os quais sustentam a criação artística e os projetos socioculturais a partir das comunidades que com suas práticas, embasam-se em processos de participação, comunicação e melhora da qualidade de vida.

Podemos concluir que há muito que fazer e muito que aprender juntos. Índios e não índios integrados podem e devem promover o acesso à diferentes culturas, preservando suas tradições, sua história e sua identidade cultural. A Pedagogia Social é uma concepção que se oferece ao processo por meio da animação sociocultural que tem por objeto o estudo e o cuidado sobre o *ânima* dos sujeitos que participam ativamente do processo comunitário.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maricia Angela da S. Et.all. Diretrizes Curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Revista educação e sociedade**, Campinas, vol.27, n.96 – Especial, p.819-842, out.2006. Disponível em <http://cedes.unicamp.br>.

- BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. Congresso Nacional. Portaria 98 de 06 de dezembro de 2013. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25162523_PORTARIA_N_98_DE_6_DE_DEZEMBRO_DE_2013.aspx < acesso: 26/03/2018>.
- BRASIL-MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/3/2008, Página 1 [**LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.**](#) <acesso em: 29/03/2018 as 23:23>
- CASTRO, Afonso Paulo de Souza. **Angelo cretã e a retomada das terras indígenas no sul do Brasil**. Curitiba, 30 de agosto de 2011.
- _____. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃ O, Neusa M.(Org.).**Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003. p. 83-105.
- CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social: contribuições para evolução de um conceito. In: SILVA et al. (Orgs.). **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.
- FRANCO, Maria Amelia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. ed. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Extensao ou Comunicação?** (Traducción de Rosisca Darcu de Oliveira). 7ª ed. (1ª edición:1969). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Experiências e Desafios na Formação de Professores Indígenas no Brasil**. Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, p. 13-18, fev. 2003.
- GAUTHIER, Jacques. Carta aos caçadores de saberes populares. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Educação popular hoje**. 1. ed., Vol 1, São Paulo: Loyola, 1998.
- Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/3/2008, Página 1 [**LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.**](#) <acesso em: 29/03/2018 as 23:23>
- LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 1999.

- _____. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas** / José Carlos Libâneo. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR
- NASCIMENTO, Adir C; AGUILERA URQUIZA, A. H. **Currículo, Diferenças e Identidades: tendências da escola Indígena guarani e kaiowá**. Currículo sem Fronteiras, v. 10, n. 1, p. 113-132, jan./jun. 2010.
- PAULA, E. M. A. T. de; MACHADO, E. R. **Pedagogia: concepções e práticas em transformação**. **Revista Educar**. Curitiba, n. 35, p. 223-236, 2009. Editora UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/16732/11126> Acesso em: 10 de mar. 2018.
- PIMENTA & LIBÂNEO. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança** **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ORZECZOWSKI, S. T. **A Pedagogia é Social**. Saarbrücken-Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **A sociedade pedagógica: demandas e possibilidades contemporâneas de ensino e aprendizagem na perspectiva da pedagogia social**. **Revista Interfaces Científicas**. v2, n3, junho 2014. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/1291/889>, acesso em 14/03/2018.
- _____. **Pedagogia e Educação Não escolar no Brasil: Crítica epistemológica, formativa e profissional**. Tese de doutorado na Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa–PB, 2015. Disponível em <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8217/2/arquivo%20total.pdf>
- VICHÉ GONZALEZ, Mario. **La animación sociocultural**. Zaragoza-Espanha: Libros Certeza, 2008.
- _____. **Una Pedagogia de la cultura: la animacion sociocultural**. Zaragoza-Espanha: Certeza, 2006.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Orzechowski, Suzete Teezinha; Laleska Gabriel, Letícia; Zbuinovic, Kauna de Fatima; (2019); A educação escolar indígena e os saberes – propostas de articulação a partir da Pedagogia Social; en <http://quadernsanimacio.net> ; nº 29; Enero de 2019; ISSN: 1698-4404